

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: FABIANA MARTINS PINTO

TÍTULO: OS CONTORNOS DA PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: AS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADA NO ÂMBITO MUNICIPAL

AUTORES: FABIANA MARTINS PINTO, FABIANA MARTINS PINTO, RITA DE CÁSSIA OLIVEIRA

PALAVRA CHAVE: PRIVATIZAÇÃO, PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO, EDUCAÇÃO BÁSICA

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo estudar as Parcerias Público-Privada (PPP) realizadas na educação básica nos municípios de São Paulo, do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, precisamente na década de 2000. Optou-se por uma abordagem qualitativa das pesquisas já realizadas sobre estas parcerias. Realizou-se também o estudo da literatura que aborda a privatização, especialmente aquelas inscritas à área da educação.

Toma-se como referência o conceito de privatização construído por Jaime Rodriguez- Arana citado por Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2012, p. 6). De acordo com este autor, o conceito de privatização está compreendido em quatro atividades que envolvem a desregulação ou liberalização econômica de determinados setores, a transferência de ativos, a promoção da gestão privada de serviços públicos e a introdução de instrumentos de gestão privada nas entidades públicas.

Nesse sentido, Patrinos (2009) argumenta que as PPPs podem auxiliar na oferta de serviços públicos, já Osborne (1994) considera que a privatização pode funcionar como um mecanismo adicional na oferta desses serviços, mas concomitantemente com a atuação de um governo empreendedor que opera suas atividades sob uma lógica de mercado. Todavia, Sobrinho (2013) salienta que a privatização, quando deixa de atender aos objetivos públicos direcionados ao bem comum, assume uma forma de mercadorização voltada para um capital financeiro.

Segundo Donahue (1992) o entusiasmo cultural pela empresa privada e à limitação dos gastos do governo, vivenciados nos anos 80, condicionaram as políticas econômicas dos anos 90. Essas políticas visaram à construção de um novo Estado estruturado por mecanismos gerenciais, de natureza empresarial, em detrimento de instrumentos burocráticos criados, gradualmente, para superar o patrimonialismo e com potencialidade para fortalecer as instituições públicas a partir da modernização administrativa e de processos democráticos.

Nesse contexto a privatização vem sendo estimulada por projetos políticos e econômicos, como o neoliberalismo e a terceira via, em que o primeiro defende a minimização do Estado e o segundo acredita que a sociedade civil pode exercer junto com o governo a prestação de serviços públicos. Peroni (2012) afirma que para o neoliberalismo e a Terceira Via o Estado é quem está em crise e para superá-la deve funcionar sob a lógica do mercado. A ideologia neoliberal propaga a figura de um Estado mínimo e reivindica uma redução do poder democrático enquanto que a Terceira Via defende uma democracia mais participativa, na qual a sociedade civil passa a atuar mais na execução das políticas públicas do que em seu processo decisório e fiscalizatório (PERONI, 2012).

No Brasil, os governos, procurando dispersar o poder estatal, delegam e concedem parte dos seus serviços aos setores de direito privado, especialmente do terceiro setor em que Organizações Sociais (OS) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) passam a atuar em diversas áreas do setor público, dentre eles o da educação.

Nas pesquisas referentes às parcerias realizadas na educação básica nos municípios dos Estados de São Paulo (ADRIÃO, 2012), do Mato Grosso (AMARAL; BERTAGNA, 2015) e do Mato Grosso do Sul (FERNANDES; ALVES, 2014) observa-se a incidência das OSCIPs, principalmente em relação à oferta de cursos direcionados para a gestão escolar. Nota-se também a preocupação dos parceiros quanto ao desempenho institucional e a aprendizagem dos alunos, o que parece evidenciar que as parcerias firmadas têm o objetivo de aumentar os índices educacionais das avaliações sistêmicas.

Percebe-se nessas PPPs a forte presença do setor privado na oferta de serviços públicos que por meio de um discurso de responsabilidade social propagam a ideia de que as parcerias podem contribuir para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, questiona-se se essa contribuição pode vir a resolver a raiz dos problemas educacionais tais como: o aumento de investimento financeiro na educação, a garantia de um atendimento igualitário, a promoção de um ensino de qualidade e a criação de uma cultura de valorização da educação pública brasileira, principalmente em relação a sua docência.

Referências

- ADRIÃO, Theresa et al. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? Revista Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 533 -549, abr. - jun. 2012.
- AMARAL, Maria Clara Ede; BERTAGNA, Regiane Helena. A opacidade nas relações estabelecidas entre o setor privado e a educação pública estadual de Mato Grosso. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 25, n.50, p. 517-532, set.-dez. 2015.
- DONAHUE, John D. Privatização fins públicos, meios privados. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992, 310p

FERNANDES, Maria Dineia Espíndola; ALVES, Andressa Gomes de Rezende. Parcerias público-privado na esfera municipal: implicações para a gestão e oferta educacional. Revista Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 69-90, jan./jun.2014.

OSBORNE, David. Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 3ª Ed. Brasília, MH comunicação, 1994.

PATRINOS, H. A. et al. The role and impact of public-private partnerships in education. Washington: World Bank, 2009.

PERONI, V. M. V. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012.

RODRIGUES-ARANA, J. La privatización de la empresa pública. Madrid: Montecorvo, 1993. In: DI PIETRO, M. S. Z. Parcerias na administração pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 6.

SOBRINHO, J. D. Educação superior: bem público, equidade e democratização. Revista Avaliação, São Paulo, v. 18, n.1, p. 107-126, mar. 2013.